Ano 3, n. 6, 2010
Seção Colunas
05/03/2010

Por que um sábio não tem ideia?

Gustavo Bernardo

Gustavo Bernardo é Doutor em Literatura Comparada, Professor Associado de Teoria da Literatura no Instituto de Letras da UERJ e pesquisador do CNPq. Publicou doze ensaios, entre eles “A Educação pelo Argumento” e “O Livro da Metaficção”, e onze romances, entre eles “A filha do escritor” e “Nanook”. Publicou, pela editora Rocco, o livro “Conversas com um professor de literatura”, contendo 50 crônicas desta Revista Eletrônica do Vestibular da UERJ. Seu ensaio “A ficção de Deus”, publicado pela Annablume, acaba de receber o Prêmio da Biblioteca Nacional para o Melhor Ensaio Literário de 2015. Edita o site www.gustavobernardo.com, sobre as suas obras.

Em crônica anterior eu lembrava que, pela filosofia oriental, “um sábio não tem ideia”, isto é, não tem opinião. Como assim?, me perguntam. A pergunta espantada é natural, porque a noção oriental colide com a concepção ocidental do sábio como aquele que sabe tudo e portanto tem opinião sobre tudo e mais alguma coisa.

Comparando o sábio ao filósofo, porém, lembramos que a filosofia não implica a posse de nenhum saber. Na verdade, a origem do nome nos diz que a filosofia se constitui na amizade (filo) à sabedoria (sofia). Logo, o filósofo não é aquele que detém o saber mas apenas aquele que tem amizade ao saber. O filósofo tem sede de saber mas ao mesmo tempo sabe que o saber é provisório ou mesmo ilusório.

Qualquer pessoa sente isso quando começa a ler ou a estudar muito: quanto mais se lê, mais livros se precisa ler; quanto mais se estuda, mais se precisa estudar, isto é, mais conscientes nos tornamos da extensão da nossa ignorância. Essa consciência explica os lemas de vários filósofos: Sócrates disse “só sei que nada sei”, Francisco Sánchez, que “nada se sabe”, e Michel de Montaigne se perguntou: “que sei eu?”.

Essa consciência, entretanto, não é generalizada. Quem lê pouco ou nada não chega a sentir falta de ler mais. Por isso, esse tipo de pessoa costuma ser mais arrogante e achar que já sabe tudo.

Mas mesmo quem estuda e até já virou professor pode ver o saber como mero instrumento para conseguir outra coisa – um diploma, uma posição superior, um emprego universitário, quiçá muito dinheiro – e assim deter algum poder sobre as outras pessoas. Nesse caso, o sujeito é estimulado não pela “libido cognoscendi” (pelo desejo de saber) mas sim pela “libido dominandi” (pelo desejo de dominar).

Aquele que realmente deseja saber, no entanto, toma o saber como um fim em si mesmo, ainda que no limite inatingível, e não como instrumento para conseguir outra coisa, mostrando-se amigo da sabedoria e não seu dono.

O meu leitor pragmático retruca que essa postura desinteressada do filósofo pode ter sentido em um mundo ideal, mas no mundo real em que vivemos as ações e os pensamentos são regidos por interesses imediatos e necessidades bem práticas. Respondo-lhe que o ideal pode ajudar o real, funcionando como uma espécie de horizonte na direção do qual dirigimos nossas ações, mesmo que ele se afaste à medida que a gente dele se aproxima.

Dizia eu em outra crônica que, pela perspectiva humana, jamais podemos ver uma maçã inteira, logo, jamais podemos saber tudo sobre uma simples maçã. A maçã é uma metonímia da “coisa”, isto é, de todas as coisas e todos os fenômenos. Não podemos saber tudo sobre qualquer fenômeno ou acontecimento. Ora, se nunca podemos saber tudo, então também não podemos saber quanto falta para saber esse tudo, logo, não podemos saber se o que sabemos é válido e verdadeiro.

Entretanto, ainda precisamos saber: qual é a causa dos sintomas desse paciente, quem matou aquela vítima, se vai chover amanhã, como interpretar este texto. O médico pode fazer o diagnóstico a partir do primeiro sintoma, o policial pode prender imediatamente o amante, o meteorologista pode afirmar que vai chover sim porque ontem choveu em São Paulo, o leitor pode dizer que o texto é chato porque o autor escreve mal.

As chances de todos eles errarem feio são enormes. O que o médico, o policial, o meteorologista e o leitor devem fazer?

Devem pensar que o contato com o problema os faz começar a saber, mas que ainda não sabem. Para se aproximarem da verdade desejada eles

precisam, além de continuarem a observar e a perguntar, também adiar a conclusão o máximo de tempo que puderem e que conseguirem, de modo que tal conclusão surja naturalmente do acúmulo de evidências. É isso que os gregos antigos e os fenomenólogos modernos chamam de epoché e que nós podemos traduzir como suspensão de juízo.

Não é possível suspender infinitamente o juízo e a conclusão sobre as coisas porque em alguma hora temos de nos posicionar desde que saibamos que a conclusão será sempre provisória e de acordo com os dados disponíveis. Para que esta conclusão se sustente, naquele momento pelo menos, é preciso retardá-la o máximo possível.

A leitura dos romances policiais de Georges Simenon oferece um exemplo pedagogicamente excelente. Quando perguntam ao protagonista desses romances, o inspetor Jules Maigret, o que está achando de determinado crime, ele sempre responde: eu nunca acho nada. Ele luta para não formar uma opinião porque essa opinião o levaria a investigar numa única direção. Por isso Maigret procura como que se encharcar do acontecimento, do ambiente e das pessoas envolvidas até que a intuição e a razão se associem para deixarem surgir a solução do crime.

Maigret nos dá a chave de qualquer procura da verdade e da resposta: deixar surgir ao invés de arrancar a fórceps.

A leitura de textos filosóficos sobre a epoché ajuda muito a prática cotidiana de médicos, policiais, meteorologistas, leitores e quaisquer profissionais, mas penso que a leitura das histórias do inspetor Maigret é valiosa pela mesma razão: como o sábio oriental e o personagem francês, precisamos não ter ideia e não achar nada, permitindo que a ideia o diagnóstico do paciente, a solução do crime, a previsão do tempo, a interpretação do texto surja à nossa frente no tempo adequado.